

CAIO BARTINE

REFORMA  
**TRIBUTÁRIA**  
(DIS)FUNÇÃO

 EDITORA  
**FOCO**

# SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VII
PREFÁCIO .....	IX
O lugar da reforma tributária na história e na literatura jurídica.....	IX
O método crítico e a contribuição inovadora da obra .....	X
A relevância social e acadêmica da obra.....	X
APRESENTAÇÃO .....	XIII
INTRODUÇÃO GERAL.....	XXI
A centralidade da tributação no Estado contemporâneo .....	XXI
A trajetória histórica da tributação no Brasil e os dilemas da reforma .....	XXII
O método crítico e interdisciplinar adotado pela obra.....	XXII
A estrutura da obra e sua lógica interna .....	XXIII
O objetivo maior da obra e a mensagem final ao leitor .....	XXIV
CAPÍTULO I – ENTRE A FUNÇÃO E A DISFUNÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E FILOSÓFICOS .....	1
1.1 A promessa de funcionalidade do sistema tributário: simplificação, neu- tralidade e justiça .....	2
1.2 Quando a função se converte em disfunção: aportes da sociologia (Mer- ton, Bourdieu) e da filosofia (Rawls, Nozick, Foucault) .....	4
1.3 O pacto federativo como eixo de tensão: centralização, autonomia e conflitos estruturais .....	5
1.4 Tributação e justiça distributiva: dilemas da equidade em sociedades desiguais .....	8

CAPÍTULO II – A REFORMA TRIBUTÁRIA NO PAPEL E NA PRÁTICA .....	13
2.1 O longo percurso das reformas frustradas até a EC 132/2023.....	13
2.2 A LC 214/2025: IBS, CBS e regimes específicos — simplificação ou complexidade disfarçada?.....	16
2.2.1 O paradoxo da seletividade.....	20
2.2.2 Risco de contencioso classificatório .....	20
2.2.3 A economia política das exceções.....	20
2.2.4 Neutralidade ou calibragem redistributiva? .....	21
2.2.5 Síntese crítica: simplificação real ou complexidade disfarçada?.....	22
2.3 O PLP 108/2024 e o Comitê Gestor do IBS: cooperação federativa ou novo locus de conflito?.....	23
2.3.1 Competências, quóruns decisórios e o dilema entre cooperação e centralização .....	25
2.3.2 Accountability, riscos de captura e perspectivas de controle democrático .....	27
2.4 Transição até 2033: insegurança contratual, regimes de exceção e litigiosidade previsível .....	28
2.5 Síntese conclusiva.....	31
CAPÍTULO III – O ESPELHO INTERNACIONAL.....	33
3.1 União Europeia e o IVA: unidade formal, fragmentação material.....	34
3.2 O GST canadense e o equilíbrio federativo: entre autonomia e centralização .....	37
3.3 A experiência mexicana e as lições latino-americanas de regressividade .....	40
3.4 O modelo indiano: diversidade cultural, conflitos políticos e a lição de governança fiscal.....	44
3.4.1 O GST Council: governança corporativa ou fonte de impasses políticos.....	45
3.5 O que o Brasil aprendeu — e o que deliberadamente ignorou — do comparado.....	47
CAPÍTULO IV – IMPACTOS SETORIAIS E REGIONAIS.....	51
4.1 Agronegócio e exportações: créditos acumulados e o risco de financiamento ao Estado.....	52

4.1.1	O regime de créditos acumulados e o risco de financiamento ao Estado .....	53
4.1.2	Impactos econômicos e comparações internacionais .....	54
4.1.3	Fundos Compensatórios e o paradoxo da neutralidade fiscal .....	55
4.2	Serviços essenciais: educação e saúde entre oneração e essencialidade ..	56
4.2.1	O tratamento tributário da educação: entre a essencialidade e a oneração indireta .....	57
4.2.2	O tratamento tributário da saúde: imunidades, regimes especiais e risco de regressividade.....	58
4.3	Indústria, infraestrutura e logística: competitividade global em xeque ..	61
4.3.1	Infraestrutura, investimento e a tributação sobre capital intensivo.....	62
4.3.2	Logística, custos de transporte e integração territorial.....	63
4.3.3	A competitividade internacional da indústria brasileira em um cenário de exceções.....	65
4.4	A economia digital e os intangíveis: tributação do imaterial em ambientes de incerteza .....	66
4.5	Regiões e desigualdades: fundos compensatórios e a guerra fiscal em nova roupagem.....	70
4.6	Municípios e o dilema do ISS: autonomia enfraquecida e risco de esvaziamento político.....	73
CAPÍTULO V – CRÍTICA, ESTRATÉGIAS E CAMINHOS POSSÍVEIS.....		79
5.1	A constitucionalidade da reforma e o papel do STF/STJ na estabilização do sistema.....	80
5.2	A advocacia tributária na era da disfunção: consultivo, contencioso e governança corporativa.....	87
5.3	Propostas de correção de rota: simplificação real, mecanismos de neutralidade e justiça fiscal .....	92
5.3.1	Simplificação real: reduzir regimes diferenciados e fortalecer a uniformidade .....	92
5.3.2	Neutralidade efetiva: a devolução de créditos e o combate à regressividade.....	93
CONCLUSÃO: A REFORMA COMO RETRATO DE UM PACTO FEDERATIVO INACABADO .....		97

POSFÁCIO .....	101
A travessia da reforma e a persistência das disfunções.....	101
O papel das instituições e da advocacia na estabilização do sistema .....	101
O espelho internacional e as lições para o Brasil.....	102
Síntese final e mensagem ao leitor .....	103
REFERÊNCIAS .....	105